

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.392 - RJ (2019/0256672-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORE : HUGO TRAVASSOS SETTE E CAMARA E OUTRO(S) - S
RJ084483
ERICK RIBERIO MAUES PAIXAO
AGRAVADO : CLAUDIA MARIA PINTO DA SILVA COUTO
AGRAVADO : CLAUDIA MARIA ZELLI DE ABREU
AGRAVADO : CLAUDIA DO NASCIMENTO DUARTE
AGRAVADO : CLAUDIA COSTA E SILVA VAZQUEZ
AGRAVADO : CRISTIANE DO NASCIMENTO DUARTE
AGRAVADO : MONICA COUTINHO DE MOURA
AGRAVADO : SAMANTHA DA SILVA BRASIL
AGRAVADO : SERGIO LUIZ ALVES VILELA
ADVOGADO : LEONARDO AUGUSTO LUIZ DO COUTO ALVES - RJ133227

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ESTADO DO RIO DE JANEIRO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO
LEI ESTADUAL Nº 1206/87 REAJUSTE DE 24% RELAÇÃO
JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO AÇÃO COLETIVA SINDICAL
INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DIREITO
RECONHECIDO DUAS VEZES PELA ADMINISTRAÇÃO
RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO SENTENÇA QUE SE MANTÉM
APELAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO

Quanto à controvérsia, alega violação do arts. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, no que concerne à majoração da verba honorária, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Dito isso, deve-se reconhecer que o r. julgado ora recorrido, com a devida vênia, menosprezou os critérios indicados no artigo 20, §§3º e 4º, da lei de ritos de 1973, ao fixar a verba honorária em míseros R 300,00 trezentos Reais -, a serem divididos entre os 8 (oito) litisconsortes (ou seja, R 37,50 para cada). Explica-se.

A estipulação de honorários advocatícios deu-se em patamar evidentemente dissociado do proveito econômico pretendido, mostrando-se contrária ao postulado da razoabilidade, o qual rege a aplicação dos §§3º e 4º, do artigo 20, do Código de Processo Civil de 1973. (fls. 443).

Destarte, a fixação da verba honorária total em R 300,00 (trezentos

Superior Tribunal de Justiça

Reais), a serem divididos por todos os 8 (oito) demandantes, não se coaduna com o binômio situação econômica da parte sucumbente/complexidade da causa, sendo, portanto, violadora do artigo 20, §§3º e 4º, do antigo Código de Processo Civil, eis que absolutamente desprovida de razoabilidade. (fls. 444).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas honorárias, esta restringe-se aos casos em que fixadas na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível, em recurso especial, a revisão dos valores fixados a título de honorários advocatícios e *astreintes*, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância das importâncias arbitradas, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos” (AgInt no AREsp 1.340.926/PE, relator. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1280289/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 18/3/2019, DJe de 21/3/2019; AgInt no AREsp 1.316.077/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/2/2019; AgInt no AREsp 1.341.142/RS, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 4/2/2019; e REsp 1.771.668/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

